



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 1.º DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

AVULSO

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.
(a) ANTÔNIO FACCI.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — O Art. 11 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 11 — não perde o mandato o deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito da Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenche-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa, poderá o deputado desempenhar funções temporárias de caráter diplomático ou cultural”.

Apoiamento:

Augusto Carneiro, Gernote Kirinus, José Tavares, Cyro Martins, Pinto Dias, Trajano Bastos, Nelson Friedrich, Airton Cordeiro, Nilso Sguarezi, David Cheriegate, Gabriel Sampaio, Werner Wanderer, Waldyr Pugliesi, Nelson Buffara, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Fiori Luiz, Edilson Alencar, Lineu Turra, Erondy Silvério e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é atualizar o texto da Carta Estadual introduzidas pela Emenda n.º 13, de 10 de outubro de 1979.

É indiscutível que a matéria relativa à permissão conferida ao Deputado para se licenciar a fim de tratar de saúde ou de interesse particular já está incorporada na Carta Estadual, em decorrência do disposto no Art. 200 da Constituição Federal.

Todavia, para evitar interpretações literais, é da maior oportunidade atualizar a nossa Carta.